

A INSUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE

MARCOS HIATH¹

Resumo: Este trabalho analisa os impactos gerados pela cadeia de produção e consumo de carne no mundo. Para produzir 1 kg de carne bovina são necessários 7 kg de grãos para a ração animal e 15 000 litros de água. Para a produção de 1 kg de cereal são gastos somente 1300 litros de água. A terra e água necessárias para produzir 1 kg de carne são suficientes para 200 kg de tomates ou 160 de batatas. Já dizia Josué de Castro, que neste planeta, a fome não era um problema de produção, e sim de distribuição. Pois bem, também afirmo que, neste planeta, o alimento é mal distribuído: alimentamos melhor as vacas e os porcos do que as pessoas. É necessário um novo paradigma de produção de alimentos que valorize a dieta vegetariana como mais adequada a demanda mundial de alimentos.

Palavras-chave: alimentação; fome; ecologia; sustentabilidade; produção de carne.

1. Delineando o problema: a síndrome do apocalipse próximo

É recorrente a idéia de que o colapso é eminente. Escassez de água, o fim do petróleo, o aquecimento global, o derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar e agora a escassez de alimentos. O desenvolvimento dos países de industrialização tardia e a ameaça chinesa! Como garantir o padrão norte-americano de vida para 1,3 bilhões de pessoas? Como garantir alimentos? E os indianos vêm aí! Acrescente mais 1 bilhão de bocas sedentas e famintas para desfrutar da “festa”. O mundo caminha para uma maior urbanização, e o sentido da cidade não é a festa?

A perspectiva eurocêntrica não pode não dar conta de um problema criado por ela mesma. A crise de alimentos, com seus preços inflacionados, por exemplo, têm sido compreendida como resultante do desvio da produção de grãos destinados a alimentação, para a fabricação de biocombustível. É uma meia verdade, mas meias-verdades sozinhas não costumam ter muita credibilidade. A não ser que sejam vitalizadas por campanhas ideológicas.

O alto preço de grãos como o milho e a soja podem ser explicados, também, pelo aumento do consumo de alimentos nas nações em desenvolvimento. E não se trata só do aumento de cereais “*in natura*”, fruto de uma dieta equilibrada e saudável, trazida pela prosperidade econômica. Trata-se do aumento do consumo de carne: carne bovina, suína e avícola. É por essa via que vou desenvolver esse trabalho.

Para produzir 1 kg de carne bovina são necessários 7 kg de grãos para a ração animal e 15 000 litros de água, segundo cruzamentos de dados da FAO e do Worldwatch Institute (WWI). Para a produção de 1 kg de cereal são gastos somente 1 300 litros de água. A terra e água necessárias para produzir 1 quilo de carne são suficientes para 200 quilos de tomates ou 160 de batatas. Em 20 anos o consumo de carne por pessoa na China subiu de 20 para 50 kg por ano. Não se esqueça: *para produzir 1 kg de carne são necessários 7 kg de grãos, como soja ou milho, para ração animal.*

Já dizia Josué de Castro, que neste planeta, a fome não era um problema de produção, e sim de distribuição. Pois bem, eu também afirmo que, neste planeta, o alimento é mal distribuído: alimentamos melhor as vacas e os porcos do que as pessoas.

¹ Professor, geógrafo e mestrando em geografia pela Universidade Federal Fluminense.

2. A relação entre a comida e o caos

Nada é tão básico e vital na espécie humana quanto a comida e o sexo. Ambos são tabus, instintos travestidos em pulsões. Comer é biológico, se alimentar é cultural. Se reproduzir é biológico, mas e amar? E, assim como o sexo, a alimentação conta algo sobre a tragicômica epopéia humana neste planeta.

De acordo com o antropólogo Sidney MINTZ (2004), a comida foi um capítulo fundamental na história do capitalismo passado: como alimentar pessoas, e como fazer dinheiro alimentando-as. No Brasil e no restante do mundo colonial, o capitalismo tinha como alvo a satisfação de antigos desejos por novos meios. Isso ajudou a fazer um mundo global muito antes de nossos dias. A modernidade-colonial (QUIJANO, 2005) é fruto de relações “*gastro-econômicas*” entre metrópole e colônia.

De volta aos dias atuais, a chamada *crise ambiental* – consequência direta da modernidade-colonial – pode ser esmiuçada pelo, aparentemente inofensivo, hábito de produzir e comer carne. Digo hábito porque, de fato, conforme é ensinado pela Antropologia, o que aprendemos sobre a comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados: “*a comida e o comer assumem uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira*” (MINTZ, 2004). Isso revela a cultura em que cada um está inserido. Enquanto crianças somos adestrados. Por isso diz-se que o hábito alimentar é socialmente construído.

O cardápio é vasto neste planeta: de cães recém-nascidos, na Tailândia, até as minhocas e formigas no extremo Oriente. A vaca, tão presente nos pratos da sociedade ocidental, não era apreciada pelos Indianos, cujo povo costumava reconhecer nela um animal sagrado. O paladar depende da geografia. A diferença que remete a crítica não é o consumo de carne em si, mas a lógica perversa e predatória de como esse mercado está estruturado nas sociedades tecnoindustriais. Se toda a população mundial pudesse usufruir o padrão de consumo de carne do mundo desenvolvido, seriam necessários 3 planetas Terra para suprir essa demanda.

As tendências atuais apontam nessa direção:

É possível traçar um padrão de consumo nos países pobres: a princípio com uma orientação puramente calórica, as pessoas passam a substituir os tubérculos pelos cereais, e quando o consumo de cereais chega ao máximo, começam a acrescentar a proteína animal. Essa sequência implica em prosperidade. Nos países desenvolvidos, a obesidade, problemas circulatórios e cardíacos e muitos outros males são atribuídos a uma dieta que, ao longo do tempo, parece infelizmente ser a mesma aspirada nos países mais pobres, e que, muitas vezes, é alcançada nos países em desenvolvimento (MINTZ, 2004).

Na China, de 1961 a 1984, o consumo *per capita* de cereais aumentou de 120 para 233 kg. Em seguida, começou a cair simultaneamente em detrimento do aumento do consumo de carne, que triplicou entre 1961 e 1990. Trata-se de um padrão típico da Ásia atual.

A capacidade técnica-organizacional para suprir a crescente demanda de proteína animal por parte das nações desenvolvidas e emergentes do planeta é fruto de um processo industrial que se confunde com a própria história do capitalismo recente. Esse será o tema a seguir.

3. Preâmbulo pouco conhecido de uma história muito conhecida

O ano de 1913 é tido como um ponto de inflexão mundial, marco de mudanças significativas e significadoras. Ele é o ano em que Henry Ford introduz a lógica dos matadouros de Chicago – onde as reses dos animais abatidos eram preparadas para consumo em um sistema de carretilhas aéreas – na Ford Motor Company. Metamorfoseada em um sistema de esteiras rolantes mecânicas que se movimenta para a circulação de peças, a imagem do desmonte da carcaça animal inspirando a montagem da carcaça automobilística é, no mínimo, uma metáfora instigante.

A história conta que o sistema de carretilhas aéreas dos matadouros de Chicago, bem como sua rígida divisão de trabalho no processo de abate dos animais, foi criada para alienar os trabalhadores do ato de matar, evitando a assim a queda da produtividade com as suas constantes comiserações, enjôos e repulsa. Da visão do processo de dessacralização da vida e sua transformação em produto foi que surgiu a revolucionária linha de montagem de Henry Ford – observando um matadouro. Ele elevou ao mais alto grau os princípios da produção em massa. Princípio que aumentou enormemente a capacidade produtiva da humanidade e inaugurou o que chamamos hoje de “*sociedade de consumo*”.

Para se ter uma idéia do que significou essa inovação, em 1912 a fabricação do chassi dos carros Ford levava algo em torno de 12 horas e 28 minutos. No início de 1914, com a adoção da linha de montagem mecanizada, passou para 1 hora e 33 minutos. O controle dos movimentos do trabalhador se tornaram cada vez maior para que ele se movimentasse cada vez menos, de modo a não desperdiçar energia. A energia é a capacidade de realizar trabalho e o trabalho se torna, no início do século XX, o que só nos anos de 1960 se consegue produzir: uma máquina capaz de construir outras máquinas. A partir de então estava aberta a “caixa de pandora” – uma alusão ao mito grego da mulher que carregava uma caixa contendo todas as improbidades do mundo.

O fordismo² popularizou-se como método e como *práxis*. Alterou as estruturas da economia, da sociedade, da produção de cultura e até do comportamento sexual-reprodutor da humanidade³. Rompeu os limites murados das fábricas e enraizou-se como elemento condicionante e simbiote do próprio modo de produção capitalista. Uma relação dialética que os confunde ao longo de $\frac{3}{4}$ do século XX, a ponto de parecer impossível desvencilhar um do outro. Capitalismo e fordismo não só rimam como se confundem no longo, ou breve, século XX. E alguns dos desdobramentos disso são bastantes conhecidos.

4. O espaço agrário contemporâneo: o fordismo vai à roça!

O fordismo não se limitou às fábricas. O campo, categoria simbólica para uns, meio de produção para outros e provedor de alimentos para todos (leite não surge em caixinha!) não ficou incólume às transformações ocorridas no bojo da sociedade e, nas décadas seguintes, começou a operar (ou a ser operado) pela lógica fordista. Entenda-se com isso a incorporar, cada vez mais, um *modus operandis* tipicamente industrial, com linha de montagem, metas, divisão do trabalho, produção em massa etc. A incorporação do espaço agrário pela lógica capitalista e fordista pode ser percebida e estudada pelos enormes danos que gerou.

² É importante destacar que o termo Fordismo foi criado por Gramsci para identificar um tipo de capitalismo que surgiu no início do século XX e que foi reconhecido a partir das linhas de montagem de Ford, do gerenciamento científico de Taylor e da presença do Estado. Apesar da importância de Gramsci, por muitas décadas o conceito de Fordismo foi ignorado nos debates sobre as transformações capitalistas. Somente no final da década de 70 é que esse conceito foi reintroduzido.

³ Para maiores referências vide: “A terceira onda” de Alvin Toffler – interessante análise das modificações ocorridas por conta da passagem do modo de vida camponês para o industrial no mundo.

Muitos autores de diversos campos de saber já se detiveram sobre os impactos ambientais causados pela produção agrícola: monocultura, desemprego, êxodo rural formas de contaminação por agrotóxicos etc. Entretanto, uma lacuna permanece no debate: quais os impactos da produção e abate de animais para o consumo humano? Pouco se toca nesta questão.

5. Do cultivo de alimentos ao “cultivo” de animais

A adoção dos princípios fordista na produção de carne animal são muito semelhantes às práticas das indústrias tradicionais. Uma definição clássica sobre a atividade industrial é a de que ela transforma a natureza em produto. Na extensão dessa idéia o capitalismo transforma tudo em mercadoria. E é sobre essa égide que os animais são “cultivados” nas agroindústrias. Cultivados porque a criação intensiva não permite outra palavra. Vejamos alguns exemplos:

Para a produção de frango os ovos são postos sobre um ciclo de luz artificial que incentiva a galinha a por mais que o habitual. Ao nascer, eles têm a ponta de seus bicos e dedos amputados após saírem das cascas, sem anestesia. Isso é feito por dois motivos: a) evitar o canibalismo entre os animais que ficam em gaiolas minúsculas amontoados uns sobre os outros – note-se que em situação natural essas aves não são canibais e muito menos carnívoras b) Impedir que o animal cisque e selecione o grão – fazendo com que ele abocanhe tudo de uma vez e coma em excesso para engordar. A cauterização dessas mutilações é feita com ferro em brasa para evitar infecções, sem anestesia também. Depois suas asas são quebradas, sem anestesia, e injetados antibióticos e hormônios. O frango, para engordar em 45 dias, recebe na ração o equivalente a 26 injeções de hormônios e, durante a sua vida, mal tem possibilidade de abrir as asas. Há 30 anos, levava-se três meses para produzir um frango em condições de abate. Hoje, a média é de 41 dias e a cada ano se reduz um dia. Os frangos crescem tão rapidamente que seus esqueletos não chegam a se formar de todo.

Os suínos, assim que nascem, têm o rabo e as orelhas amputadas, as presas arrancadas, são marcados a ferro quente e castrados com tesouras enferrujadas, em questão de minutos, sem absolutamente nenhum tipo de anestesia. Estima-se que ao menos 25% dos bovinos e suínos “abatidos” seguem para a etapa seguinte da linha de produção nos matadouros ainda vivos (sangria e retirada do couro), isso porque estão gritando e se debatendo, apesar da suposta eficiência das técnicas atuais de abate.

Vitela ou “*babybeef*” é a carne do bezerro recém-nascido, que é separado da mãe no momento do parto, enjaulado numa gaiola que não permite nenhum tipo de movimento para não desenvolver musculaturas que comprometam a sua carne. Recebe, inclusive sessões de massagens. Ele é alimentado através de um tubo com uma fórmula de leite, hormônios e antibióticos que aceleram seu “desenvolvimento”, é abatido depois de 80 dias, e sua carne é branca porque o animal fica anêmico. No momento de abate os bovinos adultos, que ouvem seus companheiros gritando, sabem que vão morrer e por causa do medo liberam toxinas no corpo (carne). O bezerro “*babybeef*” libera menos tóxicas porque acredita que esta indo para mais uma sessão de massagem.

Essas atividades são realizadas com divisão do trabalho, esteiras mecânicas e uma especialização do trabalho irrepreensível para o padrão fordista. Os animais são vistos como produtos na linha de montagem, algo em formação, esperando pelo acabamento e finalização como mercadoria. A consequência direta deste modelo foi um aumento volumoso na capacidade produtiva. No caso de Ford, no número de carros. Nas agroindústrias, no número de animais criados e abatidos.

Em 2004, se matou em um mês o mesmo número de animais que em qualquer ano da década de 50.

Nessa espiral de pulsões humanas, saturadas de agressão e autodestruição, comandada pelos “novos senhores do mundo” (...) a dominação da natureza foi levada a um extremo de proporções incontroladas, e, por extensão, o extermínio de outros homens, e porque não dizer, de nações e do próprio planeta, passou a ser entendido de forma naturalizada (Carvalho, 1998).

Dados da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) apontam que existia no mundo até 2005: 6 bilhões de pessoas, 6 bilhões de bovinos e 16 bilhões de frangos. Sendo que nos últimos 50 anos o rebanho bovino se multiplicou por 5 para atingir essa marca. Nesse mesmo espaço de tempo, no mundo todo, a quantidade de animais mantidos vivos para consumo humano aumentou mais de 500%, enquanto a população mundial cresceu “apenas” 35%.

No Brasil somos hoje, 180 milhões de pessoas, 185 milhões de bovinos, 180 milhões de frangos e 32 milhões de suínos.

6. Insustentabilidade ecológica: fome e fezes em meio a tantos animais

O debate ambiental hoje, muito mais que moda, é uma necessidade. Para muitos cientistas a espécie humana já alterou o ambiente planetário de maneira irreversível. A questão da água adquire uma centralidade fundamental nos debates sobre sustentabilidade e o aquecimento global já virou tema de campanha na imprensa mundial. Entretanto, esse debate permanece ainda no plano da mercadoria. Ou seja, a água, as árvores e o ar só parecem ter valor e são contabilizados pelo que podem vir a ser. É uma concepção de natureza enquanto recurso, a mesma que não distingue um boi de um sapato, ou garrafa de água de uma coca-cola.

A agricultura tem sido responsabilizada por consumir 70% da água da superfície do planeta (dados da ONU). A indústria, 20% e o restante ficando a cargo do uso doméstico (que é assombrosamente desigual entre as geografias do mundo). Aceitando que os animais para abate precisam de água para consumo e para asseio (próprio ou dos dejetos), pergunta-se: onde está contabilizado o consumo de água para sua produção? Adicionado aos dados referentes à agricultura? Por que não são discriminados como pecuária? Como tudo é ideologia, mesmo a omissão, sabe-se que ela serve para encobrir o que não quer que se descubra. As empresas agroindustriais não ignoram que a produção de carne animal é um negócio devastador do ponto de vista ambiental.

Anualmente, mais de 200 milhões de toneladas de dejetos (fezes e urina) dos animais criados para abate chegam aos oceanos do planeta. Esses efluentes são responsáveis por 50% da poluição da água na Europa. Na Dinamarca não é mais permitida a criação de porcos em escala industrial, em parte da Alemanha também não. Enquanto a produção de carne nos países centrais cai, o Brasil atinge recordes na exportação desse produto. O mundo chamado de desenvolvido reconheceu que é melhor negócio importar a carne brasileira – e deixar os custos ambientais no território produtor.

Dos 850 milhões de hectares do Brasil, uns 250 milhões são de pasto (30% do território nacional). Deste total, cerca de 30% está na Amazônia – 75 milhões de hectares. De 1964 a 2004, o rebanho bovino dessa região saltou de 1,5 para 60 milhões de animais. Quase três por habitante. Um terço de todo o rebanho brasileiro. Lá as queimadas emitem

200 milhões de toneladas anuais de CO₂, mais que todos os carros em circulação no país juntos. As queimadas servem, sobretudo, a agricultura e aos pastos.

São as velhas estratégias sobre novas roupagens. O europeu quando come carne não digere só a proteína. Digere também parte da Floresta Amazônica, da água empregada na criação dos animais, da emissão de CO₂ e Metano e do desemprego dos camponeses. Conforme já foi dito: a terra e água necessárias para produzir 1 quilo de carne são suficientes para 200 quilos de tomates ou 160 de batatas (Worldwatch Institute).

Quando se exporta carne se exporta água. Se pudéssemos contabilizar os elementos acima e internalizá-los no custo de produção, a carne não seria uma mercadoria viável economicamente. As queimadas florestais de todo o Brasil ultrapassam os 300 milhões de toneladas anuais em emissões de dióxido de carbono na atmosfera, representando sozinhas mais de dois terços das emissões totais do país.

Os dados citados a seguir são referentes à quantidade de água necessária para a produção de carne e os impactos ambientais e sociais que ela gera, foram emitidos pela FAO e pela UNESCO.

6.1 Da relação com a água

Do início do cultivo até a comercialização final, foi apresentado que, 1 kg de cereal qualquer consome cerca de 1.300 litros de água. Para o mesmo 1 kg de carne de boi chegar à mesa do consumidor, serão gastos 15.000 litros de água. Além disso, pelo menos 3,5 mil litros de água são necessários para produzir um quilo de carne de frango e 6 mil litros para um quilo de carne de porco.

Tabela 1 - Dados de 2004 do Relatório Unesco para o Fórum Mundial da Água.

Animal	Litros de água por dia
1 bode	08
1 porco	15
100 galinhas	10
100 perus	20
1 boi	35
1 vaca leiteira	40

Os dados consideram apenas a água para consumo. Se levarmos em conta a água necessária para asseio, o consumo de uma vaca salta de 40 litros para 90 litros. É importante ter em mente que um cidadão médio, de um país pobre, consome algo em torno de 20 litros de água por dia, em todas as suas necessidades. Enquanto isso, um europeu consome 400 litros e um norte-americano, mais de 500 litros de água todos os dias. Isso ocorre no momento em que os padrões mundiais de consumo já excederam em mais de 20% a capacidade de reposição da biosfera. Eles se concentram em quase 80% nos países industrializados, que têm menos de 20% da população mundial - ao mesmo tempo em que metade da população do mundo vive abaixo da linha da pobreza e pelo menos um bilhão de pessoas passam fome.

A quantidade de água, solo e recursos utilizados para produzir um quilo de carne (que alimentaria duas ou três pessoas em um dia) seriam suficientes para alimentar pelo menos 50 pessoas com vegetais e grãos pelo mesmo espaço de tempo.

6.2 Da relação com a terra

Grande parte do discurso ecológico tende a valorizar o que tem apelo cênico, a visão romantizada da natureza. Nesse sentido, as florestas possuem um valor simbólico de destaque na preservação ambiental e servem como bandeira ao se fazer a crítica ao anti-ambiental. Mais de 90% das queimadas de florestas nativas são provocadas para ampliação das áreas de pasto ou para cultivo de grandes monoculturas voltadas para a exportação e produção de ração para gado. O restante, menos de 10%, se deve a atividades como mineração, exploração de madeira e outras. A geração, pelos rebanhos, de gases que intensificam o efeito estufa, chega à cifra de 10% das emissões totais mundiais e de 25% no caso do metano (que permanece menos tempo na atmosfera, mas tem efeito 20 vezes mais grave que o do dióxido de carbono). Estima-se que, no mundo, a cada segundo, uma área de floresta tropical do tamanho de um campo de futebol seja desmatada para uma produção de carne de boi equivalente a 257 hambúrgueres. As pastagens cobrem um terço de todas as terras não alagáveis do planeta. Só a expansão da pecuária é responsável por pelo menos 2/3 dos desmatamentos das florestas tropicais. Estas já ocuparam 16% do mundo e hoje ocupam menos de 9% (Dados da FAO).

6.3 Da produção de alimentos que não saciam a fome

Para cada hectare destinado à agricultura, existem seis para a pecuária. Os 6 bilhões de bovinos deste planeta usam para pastoreio entre 4 e 5 bilhões de hectares de terras férteis e viáveis, como devem ser as áreas escolhidas para o plantio de capim de qualidade. Isso equivale à metade de todas as terras cultiváveis da Terra. Entretanto, 93% das calorias consumidas pelo boi, seja na forma de pasto ou de rações, são gastas em suas funções fisiológicas e formação de ossos, chifres, couro, músculos, cartilagens. Menos de 7% dos alimentos que o boi consome são transformados em carne comercializável depois do seu abate. Levando em conta que para gerar uma caloria de carne de boi, porco ou frango, por exemplo, precisa-se de 11 a 17 calorias de alimentos.

Para suprir essa demanda, 2/3 dos grãos (ou 50% de todos os cultivos) produzidos em todo o planeta são destinados à produção de ração para os rebanhos de pecuária intensiva. Isso daria para alimentar um bilhão de pessoas no mundo. Se habitantes dos E.U.A. reduzissem em 10% o seu consumo de carne, os grãos destinados à alimentação dessa parcela do gado poderiam alimentar o mesmo número de pessoas que morrem de fome em todo o planeta.

Para se produzir um quilo de carne, são necessários 15 mil litros de água, mais do que o suficiente para produzir 11 quilos de cereais. Em um hectare de terra podem ser plantadas 22 toneladas de batatas ou abatidos 185 quilos de carne bovina. A soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro, ao lado da pecuária extensiva, e segundo maior responsável pelo desmatamento e pelas emissões de CO₂ do país, é quase totalmente destinada à produção de ração para rebanhos de países desenvolvidos. Quem abastece a mesa da população brasileira é o pequeno produtor e a agricultura familiar.

Uma dieta de carnes exige de três a quatro vezes mais solo que uma dieta vegetariana.

6.4 Da relação com pobreza

Entre 1992 e 2002, apenas no Brasil, foram fechados mais de 3 milhões de postos de trabalho no agronegócio, por conta dos avanços tecnológicos e à “modernização” dos processos produtivos. Como faz parte da lógica capitalista, a produção de carne passou por mudanças tecnológicas e dispensou mão-de-obra para as cidades. O êxodo rural não foi causado só pela mecanização da agricultura. A pecuária é o pior empregador que existe no planeta. Uma grande fazenda padrão da Amazônia emprega diretamente um único funcionário para cada 700 cabeças de gado numa área de 1000 hectares. Um número ínfimo, se comparado aos mais de 100 empregados de uma cooperativa de agricultura familiar na mesma área e aos 250 de uma agrofloresta com permacultura de mil hectares.

No Brasil, a agricultura familiar responde por quase a totalidade da produção local de hortifrutigranjeiros, e por mais de 70% dos empregos no setor agrário. O agronegócio, em compensação, é responsável por mais de 90% das exportações e menos de 30% dos empregos.

A insistência no modelo pecuarista de ocupação do solo, é enormemente responsável pela fome e desigualdade nas áreas rurais do planeta. A ilha do Marajó, por exemplo, após dois séculos de pecuária (bovina e bufalina), tornou-se uma das áreas mais pobres do mundo – seu índice de desenvolvimento humano (IDH) equivalente aos de Bangladesh. Em Chaves, nessa ilha, um quarto das crianças não estuda e 77% das que freqüentam a sala de aula não têm luz em suas escolas.

7. A necessidade de um novo *ethos* e do alargamento do pensamento crítico

A chave para a solução da problemática anterior é uma mudança de paradigma. A cidadania já foi restrita nos gregos. Os negros e índios já não tiveram suas almas reconhecidas. O liberalismo burguês foi revolucionário nos primórdios do capitalismo. O camponês foi dispensado da teoria sobre a Revolução. As mulheres já não partilharam dos mesmos direitos que os homens. Homossexuais já foram doentes e/ou aberrações. E o meio ambiente já foi balela.

Se formos fazer o movimento oposto ao que coloquei no texto vamos perceber que dos gregos aos dias atuais, o pensamento revolucionário passou por sucessivos alargamentos ou “descentramentos”. Com o correr da história, novos protagonistas foram e são incorporados ao “pensamento crítico-social” do mundo.

Na sua definição para os chamados “novos movimentos sociais” CASTELLS (2001) apresenta o movimento feminista, o movimento ecológico entre outros, como uma nova leva de resistência e luta a partir dos anos de 1960. Eles tiveram sua legitimidade reconhecida nas últimas décadas - coisa impensada há um século atrás. Tome-se como exemplo as atuais discussões sobre a união estável entre homossexuais (considera absurda há pouco), sobre legislação ambiental ou o direito da natureza.

A tese que defendo é que a contemporaneidade pede, mais uma vez, novos pressupostos paradigmáticos, mais um alargamento do pensamento crítico-libertário e que eles devem ser calcados em um novo *ethos*. A vida animal deve ser incluída.

Na perspectiva da ciência moderna, todos os nossos pressupostos de relacionamento e socialização são antropocêntricos. O antropocentrismo foi uma ruptura radical com a ordem Teocêntrica e foi revolucionário porque livrou o homem do domínio da Igreja e do discurso de saber por ela instituído. Deu a ele capacidade criadora e criativa e, sobretudo, serviu de estímulo ao desenvolvimento da ciência. E a ciência fez sua parte – deu ao homem o domínio sobre a natureza.

As novas aspirações de reprodução da sociedade estão imersas na esperança de que uma mudança aconteça no que é chamado de cultura ocidental. Nesse sentido há um forte

movimento de superação do paradigma antropocêntrico e uma busca por novos valores. Para alguns isso significa o surgimento de uma visão do mundo “*onde a humanidade é tão importante quanto todos os demais seres do planeta e considera os seres humanos integrantes do ecossistema geral e sujeito às leis ecológicas*” (HELENA, OLIVEIRA & MARTINS, 2005).

A supremacia tecnológica do homem o coloca numa situação muito delicada frente ao planeta. Como não interferir tendo capacidade para interferência total? No seio dessa discussão surge um filósofo que propõe algumas renovações no campo da ética e da responsabilidade: Hans Jonas. Ele estabelece uma idéia geral de seu projeto quando escreve que “*(...) somente uma ética fundada na amplitude do ser pode ter significado*”. Para ele a era tecnológica contemporânea faz com que o homem não possa mais ignorar a questão da responsabilidade.

8. Conclusão e desfecho: da necessidade de desconcentrar e descentralizar a produção de alimentos

Uma mudança de paradigma não se faz do dia para noite. É preciso uma massa que atinja um ponto crítico e gere as mudanças. Isso se dará pelo alargamento da mente (razão e emoção) e pelo controle do poder sobre os espaços, conflito que se instala e reinstala cotidianamente nos territórios gerado pela tensão criada vinda dos movimentos sociais – os únicos que podem, de fato, levar o planeta para essa nova etapa. Conforme os dizeres de Josué: “*precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária (...) com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo de tabu*” (CASTRO, 2002).

A parte pode conter o todo ou ser o todo em si mesmo. A produção de carne no mundo é um símbolo significativo de como ao ignorarmos o sofrimento e a crueldade para com os animais no ato de nos alimentarmos, ignoramos o sofrimento e a crueldade para com nós mesmos enquanto sociedade. Produzimos no espaço centenas, talvez milhares, de campos de concentração para os seres que consideramos inferiores a nós. Sem alma e sem intelecto. O mesmo discurso de poder utilizado para legitimar a dominação dos brancos europeus sobre o negro africano ou os povos pré-colombianos. É pelo mesmo viés de não reconhecimento do direito à vida dos animais que negamos a igualdade entre as pessoas e legitimamos toda a sorte de injustiças. O modo como produzimos alimentos é um indicador de como produzimos o mundo.

Enquanto os recursos do Cosmos forem apropriados como mercadorias os povos estarão alijados de seus direitos. Enquanto a produção de alimentos no mundo estiver sob a égide dos grandes complexos agroindústrias de nacionalidade bastarda, em detrimento da agricultura familiar, nos restarão as ações micropolíticas, que perpassam o plano do individual. Não será a solução para a crise, mas será alguma coisa. E se todos agirem ao mesmo tempo? As mudanças não serão significativas?

O passar dos anos talvez não nos tenha deixado mais otimistas. Todavia, o sentido da luta – talvez mais do que vencer – seja a própria luta. A própria resistência e contraponto às lógicas desumanamente hegemônicas.

9. Prólogo: pode o consumo ser revolucionário?

As revoluções permanentes e significativas são aquelas fruto da iniciativa pessoal, popular e consciente. É a revolução pelo cotidiano que Lefebvre já anunciava em meados do século passado. Nesse sentido, na impossibilidade de implantação de um modelo de revolução e mudança através do poder estatal (processo tão almejado na luta social do século

XX) dada as pressões exercidas pelas forças de mercado, não seria o próprio mercado o campo de batalha onde a luta deveria se dar neste século XXI? E não teria valor a ação de consumidores conscientes que boicotassem empresas não comprometidas com uma sociedade sócio-ambientalmente sustentável? Agindo assim, amenizariam os riscos gerados por essa mesma sociedade. Não se trata de aceitar a maquiagem de “*responsabilidade ambiental*” que o setor de marketing de muitas empresas criaram. Trata-se da implantação de novas culturas e novas práticas – sobretudo práticas espaciais – novos modos de fazer o comércio, o mercado e o consumo, sempre sobre o olhar e a ação atenta de uma “ditadura dos consumidores”.

Para Nestor Garcia CANCLINI (1999), são três os requisitos para que o consumo seja entendido conscientemente como “*um exercício refletido de cidadania*”: a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativas da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle será efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda e; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas. Passando pelo julgamento de especuladores que escondam produtos de primeira necessidade e administrem informações estratégicas para a tomada de decisões.

Para que isso se torne uma utopia possível e alternativa ao “estadocêntrismo”, o processo de educação é fundamental. Se outrora foi reconhecida a necessidade de uma “educação ambiental”, talvez os dias de hoje exija uma “educação mercantil”. Na falta de utopias viáveis, esse pensamento não pode ser ignorado. E quem sabe assim, por dentro, seja possível ruir as bases das paredes que nos servem de prisão.

10. Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor G. Consumidores e cidadãos. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

CASTRO, Josué. A geografia da fome – dilema brasileiro: pão ou aço. 2º ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002

CASTRO, Josué. A geopolítica da fome. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1951.

CASTRO, Anna Maria (org). A explosão demográfica e fome no mundo. In: *Fome, um tema proibido*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

JONAS, Hans. *El Principio de Responsabilidad: Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona : Herder, 1995.

HELENA, Cintia, OLIVEIRA, Naia & MARTINS, Back (org). Indicadores econômico-ambientais na perspectiva da sustentabilidade. Porto Alegre: FEE; FEPAM 2005.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. RBC, Vol.16, nº 47, outubro de 2001.